

Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina

Flávia Braga Vieira

Professora de Sociologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

e-mail: flaviabv@gmail.com

Resumo

Este trabalho analisa um processo atual, particular, de articulação internacional popular. A Via Campesina é compreendida aqui como uma experiência que apresenta características das formas contemporâneas de articulação internacional, mas que, por outro lado, reivindica aspectos da tradição internacionalista da esquerda. Seu surgimento e desenvolvimento ocorrem em contraponto ao avanço das formas de produção capitalista para a agricultura em nível mundial, nas últimas décadas. Através da reformulação do conceito de campesinato, da elaboração de pautas que unem trabalhadores rurais dos mais diferentes tipos, da constituição de uma cultura política e uma identidade própria, esta articulação ganhou centralidade nas lutas antiglobalização. Muitos analistas identificam a Via Campesina como a organização que representa o novo sujeito histórico na luta capital/trabalho, isto é, o campesinato mundial. Esta centralidade foi alcançada, pois, para além das questões específicas da agricultura, as organizações membro da Via Campesina vêm constituindo um projeto alternativo de sociedade que questiona o modelo capitalista de produção, em especial, no meio rural.

Palavras-chave: capitalismo mundial, articulações internacionais, movimentos sociais, campesinato, soberania alimentar.

Resumen

Luchas campesinas en ámbito internacional: un estudio sobre la Vía Campesina

Este trabajo analiza un proceso particular y actual de red internacional popular. La Vía Campesina se entiende aquí como una experiencia que tiene características de las formas contemporáneas de la articulación internacional, pero también de la tradición internacionalista de la izquierda. Su aparición y desarrollo se ha producido como contrapunto al avance de las formas capitalistas de producción para la agricultura en todo el mundo en las últimas décadas. Reformulando el concepto de campesinato, elaborando agendas que unen a los trabajadores rurales de muchos tipos, formulando una cultura política y identidad propia, esta red se convirtió central en las luchas contra la globalización. Muchos analistas ven La Vía Campesina como la organización que representa el nuevo sujeto histórico en la lucha capital/trabajo, es decir, el campesinato mundial. Esta centralidad se logra, pues más allá de las cuestiones específicas de la agricultura, las organizaciones miembros de Vía Campesina, han constituido un proyecto alternativo de sociedad que cuestiona el modelo de producción capitalista, especialmente en las zonas rurales.

Palabras-clave: capitalismo mundial, articulaciones internacionales, movimientos sociales, campesinato, soberanía alimentaria.

Abstract

Peasant struggles at international scale: a study of Via Campesina

This paper analyzes a current and particular process of popular international networking. Via Campesina is understood here as an experience that has characteristics of contemporary forms of international networking, but also presents aspects of the leftist internationalism tradition. Its emergence and development occur as a counterpoint to the advance of capitalist forms of production for agriculture worldwide in recent decades. By reformulating the concept of peasantry, developing agendas that unite rural workers of many different types, creating a political culture and its own identity, this network became central in the anti-globalization struggles. Many analysts see Via Campesina as the organization that represents the new historical actor in the struggle capital/labor, that is, the world peasantry. This centrality was achieved, because, beyond the specific issues of agriculture, the member organizations of Via Campesina have been constituting an alternative project of society that questions the capitalist model of production, particularly in rural areas.

Keywords: world capitalism, international networking, social movements, peasantry, food sovereignty.

Introdução: antecedentes e surgimento¹

Boa parte das teorias sobre a questão agrária nos séculos XIX e XX, em especial o debate marxista clássico, esteve focada na tentativa de explicar os processos de transformação da sociedade feudal/agrária para a sociedade capitalista/industrial. Estas análises afirmavam que necessariamente esta transformação ocorreria e que, por isso, haveria o desaparecimento dos modelos anteriores de produção na agricultura e sua substituição por padrões industriais de produção também no meio rural. A consequência direta seria o desaparecimento também do campesinato.

Ao longo do século XX, entretanto, as transformações no meio rural não levaram necessariamente ao desaparecimento do campesinato, nem tampouco geraram uma industrialização completa de todas as regiões do mundo. Esta afirmação é mais evidente se observados os países da periferia do capitalismo, que permanecem com suas economias fortemente calcadas na agricultura. Mesmo nos países centrais, ao invés do modelo industrial de produção agrícola, o capitalismo avançou na agricultura de formas as mais diversas, que vão desde a plantação tipicamente industrial até a multiplicação de farmers fortemente tecnificados e integrados ao mercado. O capitalismo, de todos os modos e através de caminhos diferenciados, foi paulatinamente incorporando e subordinando o mundo todo à sua lógica, o que inclui a agricultura e os trabalhadores que nela atuam².

Segundo Moyo e Yeros (2005), a globalização da agricultura se iniciou, ainda no século XIX, com o crescimento da agro-exportação das colônias para as metrópoles com o objetivo de abastecer o consumo alimentar de massas e a própria expansão industrial (através de matérias primas como algodão, café, borracha e madeira)³. Uma breve interrupção deste processo ocorreu no período entre as duas grandes guerras, com o colapso do regime de livre mercado. Após a II Guerra Mundial, entretanto, houve um retorno ao processo de globalização da agricultura sob a liderança das empresas norte-americanas. Este sistema se caracterizou pela concentração empresarial e uma forte divisão internacional do trabalho na agricultura.

¹ Este trabalho apresenta algumas questões e conclusões desenvolvidas na Tese *Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores*. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2008.

² A análise sobre as transformações capitalistas na agricultura durante o século XX está especialmente baseada em Moyo e Yeros, 2005.

³ Na realidade, este processo remonta ao século XVI, com a produção, para exportação, do açúcar.

Em um primeiro momento, sob os auspícios do Plano Marshall, Estados Unidos e Europa Ocidental dividiram a produção, permitindo que os primeiros produzissem para o mercado internacional e os segundos para seu consumo interno. As características da produção eram muito semelhantes: industrialização/mecanização do campo, concentração empresarial, produtivismo e super-produção⁴.

Nos países da periferia, neste período, desenvolveu-se o sistema de dumping, isto é, a venda de produtos por preços menores dos que os da produção nacional (e mesmo abaixo do preço de custo) o que garantia um mercado consumidor e aniquilava a produção local. Além destes efeitos produtivo-comerciais de dependência, o processo gerou também a inserção de novos produtos nos países da periferia alterando a dieta alimentar das populações. A chamada “revolução verde”, a partir dos anos 1960, foi o passo seguinte, com a subordinação dos países da periferia às empresas norte-americanas através da alta-tecnologia de sementes, insumos químicos e equipamento agrícola.

A revolução verde gerou em alguns países da periferia o desenvolvimento de complexos agro-industriais competitivos internacionalmente, mas, mesmo nestes casos, as promessas de auto-suficiência alimentar e de resolução dos problemas agrários não foram obtidas. Países como Brasil e Índia, por exemplo, continuaram com altos índices de pobreza e de desnutrição, além de terem enfrentado a partir de então crescimento dos conflitos rurais em função da concentração e expropriação de terras, migrações em massa, aumento da criminalidade urbana e do desemprego.

Os anos 1970 foram marcados por uma forte crise capitalista que também teve reflexos na agricultura. Neste contexto foi iniciada, em 1986, a Rodada do Uruguai do General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT) que instaurou um novo momento no comércio internacional, especialmente no comércio de produtos agrícolas.

O GATT foi estabelecido em 1947, no âmbito da criação das instituições de Bretton Woods, e durante mais de quatro décadas foi o principal mecanismo de regulação internacional do comércio. No Ato Final da Rodada do Uruguai, em 1994, foram estabelecidas novas regras para o comércio internacional, incluindo a discussão sobre o comércio de produtos agrícolas, direitos de propriedade intelectual, inovação científica, recursos genéticos, entre outros. Além disso, após a Rodada do Uruguai foi criada a Organização Mundial do Comércio que passou a implementar os acordos do GATT com maior poder em função de suas atribuições também de fiscalização e punição. Vários autores identificam este momento como aquele em que se inaugura uma política agrária neoliberal.

Os objetivos do acordo [sobre agricultura da OMC] são três: aumentar o acesso ao mercado através da redução de tarifas e da imposição de importação de alimentos para consumo nacional; aumentar o acesso ao mercado através da redução de subsídios para exportação; e reduzir os apoios governamentais diretos e indiretos. A inclusão da agricultura nos Programas de Ajuste Estrutural, nos acordos regionais de comércio, e na OMC claramente demonstram uma mudança ao tratar a agricultura e os alimentos de forma indiferenciada em relação a outras indústrias. (DESMARAI, 2007, p. 49).

Para Rosset (2006), as políticas que começaram a ser implementadas por governos nacionais, sob a pressão dos programas de ajuste estrutural gestados nas instituições

⁴ As formas através das quais o capitalismo vem se impondo e dominando a produção agrícola, são, contudo, bastante diversificadas. Na França, por exemplo, no imediato pós-guerra, a maioria da população era rural. Somente nos anos 1950 houve um processo acelerado de “modernização agrícola”, impondo a proletarização de parcelas crescentes de agricultores franceses e integração dos sobreviventes. Até hoje, entretanto, na viticultura, sobrevive uma forma quase artesanal de agricultura, com forte integração mercantil.

econômicas multilaterais como o Banco Mundial, o FMI e a OMC, levaram para a agricultura as características do capitalismo neoliberal. Segundo o autor:

Essas políticas incluíram a liberalização do comércio e a subsequente inundação de mercados locais com importação de alimentos baratos subfaturados, com os quais os agricultores locais dificilmente conseguem competir; o corte da sustentação de preços e dos subsídios para produtores de alimentos; a privatização do crédito, da comercialização e da assistência técnica; a promoção excessiva da exportação; patenteamento de recursos genéticos de cultivares; e um favorecimento da pesquisa agrícola em prol de tecnologias caras como a engenharia genética. (ROSSET, 2006, p. 316-317).

Além disso, houve uma concentração tanto dos insumos (sementes, fertilizantes, agrotóxicos, etc.) quanto dos produtos da agricultura (comércio mundial de grãos, de frutas, de matérias primas para a produção industrial, de carnes, etc.) nas mãos de poucas corporações multinacionais. Esta concentração, em função da condição de quase monopólio, permite que as empresas multinacionais fixem os preços de toda a cadeia produtiva na agricultura do mundo inteiro.

Este processo é completado, ainda, pela indução à privatização massiva das terras através da titularidade individual (em especial na África e nas terras indígenas da América Latina e Ásia, historicamente comunais), e o incentivo à integração dos pequenos agricultores à agro-indústria através de programas de financiamento privados. Além disso, pressiona os Estados, através de um modelo conhecido como reforma agrária de mercado e propugnado pelas instituições econômicas multilaterais, a basearem os critérios de aquisição de terras para reforma agrária nos preços de mercado. Segundo Borrás, estas políticas “(...) buscam homogeneizar os direitos de propriedade em todo o mundo, isto é, os direitos privados e individuais, com o objetivo de impulsionar a acumulação de capital privado na economia rural” (BORRAS, 2004, p. 9).

A Via Campesina surge no momento de consolidação de um sistema que vinha se delineando desde o pós-II Guerra Mundial, o qual inclui a produção intensiva e mecanizada, a padronização dos produtos em escala mundial, a concentração da cadeia produtiva nas mãos de grandes empresas multinacionais. A esta industrialização da agricultura somaram-se outras características do capitalismo do final do século XX: a financeirização global da atividade agrícola, a privatização e concentração de bens historicamente considerados públicos ou comunais como a terra, a água e o patrimônio genético. Por fim, o surgimento da Via Campesina se dá no contexto da eclosão de expressivos protestos que questionam exatamente os novos formatos do capitalismo mundial.

[...] Via Campesina se revelou como um ator principal nas lutas populares internacionais contra o neoliberalismo que, entre outras coisas, exigem responsabilidades das agências inter-governamentais, enfrentam e se opõem ao controle corporativo sobre os recursos naturais e a tecnologia, e defendem a soberania alimentar. Além disso, desempenhou um papel destacado em campanhas de grande polêmica política como, por exemplo, as dirigidas contra a OMC, contra os gigantes corporativos mundiais como o McDonalds, e contra os organismos geneticamente modificados (OGM) e as multinacionais que os fomentam, como a Monsanto. (BORRAS, 2004, p. 3 - Grifo no original).

Os movimentos sociais que compõem a Via Campesina também identificam o acirramento de formas agressivas de apropriação do mundo rural pelo grande capital transnacional como o ponto de partida para o aparecimento de movimentos rurais que acabaram por construir essa articulação internacional. A passagem abaixo do brasileiro João Pedro Stédile, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é bastante elucidativa da percepção que têm os próprios movimentos da Via Campesina sobre o processo de globalização da agricultura.

[...] nós pegamos esse novo ciclo de uma maior intensidade do processo de internacionalização da agricultura. Lembro que lá no Rio Grande do Sul, durante toda a década de 1970, nós fomos bombardeados pela avalanche da soja e todos os agricultores tinham que escutar a rádio Guaíba para saber a cotação da Bolsa de Chicago, coisa que nunca tinha aparecido antes na vida do camponês... Imagina: saber onde fica Chicago, quem é que decidia o preço, quem comprava?! Então, os elementos da internacionalização do capital foram se transformando como parte do cotidiano da vida do camponês. A própria entrada de mais empresas multinacionais começa com a presença física, não é? Em todos os ramos: no leite, na uva, nos frigoríficos. (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

Segundo a chilena Francisca Rodríguez, dirigente da Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI), e Ramiro Maradiaga, assessor da Via Campesina Centroamérica, o próprio nome Via Campesina é uma tentativa de construir uma alternativa ao modelo dominante na agricultura. A percepção coletiva, por parte das diferentes organizações que se reuniram na Via Campesina, de que havia um modelo em curso, e de que este modelo era nocivo aos interesses dos trabalhadores rurais, levou à construção de uma proposta alternativa, de uma via, de um caminho diferenciado.

A gente se colocou um grande desafio de constituir, de gerar uma via alternativa ao modelo neoliberal. E é por isso que se chama Via Campesina, não é a confederação, não é a união internacional, é esse processo em que nós estamos levando a cabo a construção de uma via alternativa, a partir dos camponeses, frente às políticas neoliberais. (entrevista com Francisca Rodríguez em 19/03/07).

Um dos grandes desafios da Via Campesina é fundamentalmente lutar contra o modelo neoliberal. [...] Via Campesina está lutando por uma agricultura ecológica, por uma política, por um desenvolvimento diferente. É como uma via, um caminho, uma rota contrária à rota, ao caminho que segue o modelo neoliberal. (entrevista com Ramiro Maradiaga em 07/09/07).

Mas não é apenas a contraposição ao modelo neoliberal de agricultura que surge na fala dos dirigentes. Há também um resgate das próprias lutas camponesas e da esquerda. Os dirigentes da Via Campesina da América Latina identificam uma continuidade entre as lutas dos anos 1960, 1970, 1980 e o processo de criação da Via Campesina. Em geral, observa-se que as lutas contra as ditaduras, o papel da igreja progressista na América Latina, as lutas contra a implantação do capitalismo na agricultura e a experiência de militantes que se formaram nestes processos estão relacionados. A perspectiva de alguns é, entretanto, de que estas experiências de esquerda apareceram na Via de forma reelaborada.

[...] alguns dirigentes que começaram a falar de Via Campesina vinham de partidos de esquerda, mas não acho que foi uma esquerda tradicional a que se instalou no modelo de organização e condução da Via Campesina. [...] Evidentemente há uma influência destes dirigentes. Recordemo-nos que muitos destes dirigentes, a maioria, teve formação política e ideológica nas décadas de 1960 e 1970. (entrevista com Ramiro Maradiaga em 07/09/07).

Indica-se também uma forte influência das lutas revolucionárias no período, com particular destaque para a Revolução Sandinista na Nicarágua, e as relações com a experiência cubana. Segundo os dirigentes, paralelamente à decomposição do bloco soviético na Europa Oriental, a América Latina, neste mesmo período, vivia a eclosão de muitos movimentos que reivindicavam o caráter socialista e que influenciaram os processos de formação da Via Campesina.

Minha primeira viagem foi em 1987, para a Nicarágua. Nós sempre trabalhamos, desde antes do movimento ser movimento [MST], muito nessas reuniões. A gente tinha muito contato, principalmente na época da Revolução Sandinista e tinha uma mística das lutas na América Central na nossa região. E no nosso primeiro congresso foi trazida muita gente que fez parte desta articulação depois. Então foi criando todo um clima, uma mística em relação à questão internacional. [...] Nós vivemos dois períodos, e eu acho que isso é importante. O ascenso das lutas revolucionárias nos anos 1980: as lutas de independência na África, as lutas guerrilheiras na América Central, a Revolução Sandinista, etc. E depois a queda do socialismo, da União Soviética, do Leste Europeu, essa crise política e ideológica de ofensiva do neoliberalismo. [...] Nós somos meio que a síntese dessas duas etapas, não é? (entrevista com Egídio Brunetto, do MST, em 23/03/07).

Há um grande destaque para o processo de articulação das próprias organizações camponesas da América Latina durante os anos 1980. Neste processo, a Campanha “500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular” foi o centro articulador de organizações que há algum tempo mantinham relações e que, neste momento consolidam experiências de luta conjunta. A Campanha se desenvolveu entre os anos 1989 e 1992 como parte da reflexão sobre os 500 anos da chegada de Colombo à América.

Eu creio que a Campanha dos 500 anos foi uma tábua de salvação muito importante para os camponeses da América Latina. [...] A Campanha dos 500 anos é a raiz da gestação de movimentos sociais na América Latina. Mas, além disso, está na raiz da concreção da Via Campesina no mundo. Eu creio que estes cinco anos de campanha, enquanto se baixavam as bandeiras do mundo, enquanto caía o socialismo, enquanto caía Nicarágua – porque foi um golpe muito forte – nós nos nucleamos para colocar na mesa a resistência do nosso povo. E o reconhecer de nossas capacidades, o reconhecer dessa resistência, é que permitiu ao movimento camponês da América Latina não perder sua consciência de classe. Prevaleceu e pode ser rearticulado em um novo. Creio que vivemos a Campanha intensamente. (entrevista com Francisca Rodríguez em 19/03/07).

As articulações crescentes em função da Campanha dos 500 anos levaram a um encontro das organizações camponesas latino-americanas dois meses antes da Rio-92⁵. Neste encontro, em Vitória (Brasil), além dos debates e reflexões que pudessem capacitar os movimentos sociais para intervir no processo da Cúpula do Rio, foi decidida a criação de uma organização de camponeses em nível continental. Dois anos depois, em 1994, foi criada a Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC).

Terminamos a Campanha dos 500 anos e veio outro evento importante que foi a Cúpula da Terra, em 1992, no Rio de Janeiro. Nesta Cúpula da Terra nós formamos a CLOC. [...] nesta reunião que fizemos para os camponeses em Vitória, [...] discutimos muito a sede, discutimos porque a CLOC era a “coordenadora de organizaciones del campo” e não de “organizaciones campesinas”. [...]. (entrevista com Francisca Rodríguez em 19/03/07).

[...] tu vê que não é articulação, não é federação, é uma coordenadora [...]. E “do campo” foi a forma genérica que nós chegamos para fugir do camponês, porque aí os assalariados, os povos indígenas se sentiam excluídos e também para não cair num nome de dois quilômetros. Então a síntese da CLOC, que é o reflexo também de uma linha política, foi decidida nessa reunião que nós fizemos em abril de 1992, em Vitória. (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

⁵ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro, onde foi consagrado o conceito de desenvolvimento sustentável.

No mesmo período, ocorriam também contatos internacionais e articulações regionais entre os movimentos camponeses na Europa e na América do Norte. Segundo Edelman (2003), a crise econômica dos anos 1980 nos Estados Unidos propiciou o surgimento ou fortalecimento de organizações que combinavam nos seus quadros dirigentes vertentes de direita e de esquerda. A mais emblemática destas organizações era a US Farmers Association (Associações de Agricultores Norte-americanos - USFA), a qual incluía membros que, acusados de comunismo, haviam sido expulsos das organizações mais proeminentes de agricultores norte-americanos. Estas organizações mais progressistas denunciavam desde os anos 1970 a crise na agricultura e a problemática do endividamento entre os pequenos agricultores. No Canadá, o National Farmers Union (União Nacional de Agricultores – NFU) também denunciava a crise na agricultura e buscava apoios internacionais desde os anos 1970.

Em 1983 foi criada, então, a North American Farm Alliance (Aliança dos Agricultores da América do Norte - NAFA) que desde a sua criação denunciava a agricultura intensiva e defendia uma produção mais adaptada a preservação do meio ambiente. Edelman (2003) afirma que, apesar de seu caráter progressista inicial, a NAFA acabou por adotar políticas protecionistas e perdeu seu papel articulador regional ao longo dos anos 1980. A partir do princípio dos anos 1990, contudo, em função das negociações governamentais da North American Free Trade Area (Área de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA), novas articulações começaram a ser feitas. Agricultores dos Estados Unidos, Canadá e México passaram a ter contatos regulares e a organizarem eventos e protestos em conjunto.

Segundo Edelman (2003) e Desmarais (2007), a história de contatos internacionais entre os camponeses na Europa é ainda mais antiga. Desde o acordo de 1957 que lançou as bases da União Européia, e em especial após a criação da Política Agrícola Comum nos anos 1960, muitas foram as trocas e tentativas de organização de movimentos de camponeses e agricultores em nível continental. Segundo Desmarais (2007), o peso de agricultores na política nacional de alguns países, como a França e a Holanda, contribuiu para a formação de um expressivo número de dirigentes que articulavam reflexões e formulações políticas bastante elaboradas a respeito da política agrária de seus países e da União Européia.

Preocupações com a questão ambiental, com as formas capitalistas de produção na agricultura, entre outras, começavam a aparecer já nos últimos anos da década de 1970. Em 1981, agricultores da Áustria, França, Alemanha, Holanda e Suíça organizaram o primeiro dos encontros anuais que levou, em 1985, à criação da Coordenação Camponesa Européia (CPE), que posteriormente viria a ser uma das principais organizações na construção da Via Campesina.

A ideia de uma organização mundial de camponeses surge, contudo, apenas em abril de 1992 em Manágua (Nicarágua), dois anos depois da derrota eleitoral dos Sandinistas, quando vários líderes camponeses da América Central, América do Norte e Europa foram convidados para o congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos (UNAG). Alguns dirigentes identificam que este foi o ponto de partida para a criação da Via Campesina.

Nós, na Europa, já tínhamos há alguns anos relações com variadas organizações européias porque era claro que deveríamos defender nossos valores e interesses frente às políticas de nossos países e também da União Européia. Entendíamos que as políticas agrárias vinham de dinâmicas muito mais globais. E partindo disso, percebíamos que fazia falta uma voz camponesa. [...] No ano de 1992, houve na América Central, na Nicarágua, um congresso com convite para diferentes organizações camponesas européias e americanas. Então, a Coordenação Camponesa Européia levou a esse encontro a idéia sobre a necessidade de uma voz camponesa global. (entrevista com Paul Nicholson, da CPE, em 17/05/07).

A Via Campesina começou a ser gestada na Nicarágua, no âmbito de um congresso de UNAG [...] para o qual são convidados dirigentes camponeses

da Europa e da América Latina. Foi aí que começamos a nos dar conta de que a problemática camponesa passava por fora das fronteiras latino-americanas. (entrevista com Ramiro Maradiaga em 07/09/07).

Os representantes das organizações camponesas presentes ao encontro produziram um documento, a Declaração de Manágua, que sintetizava o desejo de construir um projeto coletivo no qual pudessem desenvolver alternativas ao neoliberalismo. A Declaração de Manágua condenava a inclusão da agricultura nas negociações do GATT e o impacto das dívidas externas nos países pobres, demandando uma participação direta na Cúpula da Terra, que seria realizada dois meses depois, no Rio de Janeiro.

Estas primeiras articulações se consolidaram quando a Fundação Paulo Freire, ONG holandesa que trabalhava sobre a temática agrária, organizou, em maio de 1993 em Mons (Bélgica), um encontro de 55 organizações de camponeses de 36 países. A Fundação, que estivera presente ao encontro da UNAG na Nicarágua, havia ficado encarregada de dar suporte e facilitar os contatos entre as organizações signatárias da Declaração de Manágua. A entidade anfitriã não havia planejado, contudo, que o encontro fosse posteriormente considerado a conferência de fundação de um movimento político como a Via Campesina.

[...] nos encontramos lá porque eles pagaram a passagem de todo mundo. [...] os europeus tinham uma visão mais estratégica. Eles sacaram que era importante ter uma articulação internacional [...], sacaram que nós tínhamos que manter o princípio da autonomia e independência como classe. E, portanto, era muito perigoso fundar uma coisa que ia estar sob as asas de uma ONG. Que podiam até ser bem intencionados, não era uma crítica à iniciativa, mas era tentar resgatar esse princípio. [...] Os europeus estavam bem articulados na comissão que eles tinham. E nós já estávamos articulados dentro da CLOC. Aí nós viramos a mesa e a entidade ficou puta da cara porque na verdade ela armou o circo e não pode comemorar. (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

Nem todos os dirigentes compartilham a “paternidade/maternidade” da criação da Via Campesina entre europeus e latino-americanos. Francisca Rodríguez afirma que a Via Campesina só se consolidou porque, os movimentos latino-americanos alcançavam então um expressivo enraizamento nas bases e uma profunda articulação regional.

Nos nossos encontros, começaram a participar também os dirigentes da Europa. Os primeiros passos da Via Campesina foram dados na Nicarágua. Mas, te digo: surge pelo ambiente que se criou na América Latina. Eu sempre discuto com o Paul [Nicholson] porque ele me diz: “não te esqueças que eu estive lá”. Então eu digo: “não te esqueças que nós estávamos preparando o solo”. [...] Se não tivesse havido a Campanha dos 500 anos, se não tivéssemos mantido os movimentos, se não tivéssemos mantido a consciência política e de classe do movimento camponês na América Latina, a Via Campesina não existiria. [...] Mesmo que tenha se constituído em Mons, a Via Campesina tem raízes latino-americanas. (entrevista com Francisca Rodríguez em 19/03/07).

Mesmo o nome da Via Campesina, ressalta o seu caráter latino. Em todo o mundo o nome La Vía Campesina não é traduzido. Às vezes usa-se a expressão precedida do artigo, em outras vezes apenas a expressão, mas sempre o nome em espanhol. As versões sobre os motivos desta opção são variadas, mas em geral indica-se que ela reflete a congregação das forças que criaram a Via Campesina em Mons e que, até hoje, são os movimentos mais fortes dentro da articulação, ou seja: latino-americanos e europeus do sul.

Olha, tem um sentido. Na Europa, a maior parte dos movimentos camponeses que estava participando [do encontro de Mons] era latino. Mesmo em espanhol, os italianos entendiam, os franceses também, os espanhóis, claro! E da América Latina todo mundo, inclusive os brasileiros.

[...] Eu não sei se não foi uma demagogiazinha dos europeus para ganhar todos nós. Mas, de qualquer maneira, a hegemonia era latina. (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

No encontro de Mons, foi montado um Comitê Coordenador Internacional (CCI) com representantes de cinco regiões: MST pela América do Sul; ASOCODE⁶ pela América Central, Caribe e América do Norte; Peasant Solidarnosc pela Europa Oriental; KMP pela Ásia; e CPE pela Europa Ocidental.

A Via Campesina teve sua primeira aparição pública no espaço internacional durante a Assembléia Global sobre Segurança Alimentar, a qual ocorreu em 1995 na cidade de Quebec (Canadá), como parte das comemorações pelos 50 anos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). A NFU do Canadá, membro fundador da Via Campesina, fazia parte do Comitê Organizador do evento e conquistou espaço para que lideranças do movimento camponês pudessem falar e denunciar a situação no meio rural em várias partes do mundo.

Nos eventos de Quebec as vozes dos camponeses e agricultores apareceram altas e claras, pois uma liderança após a outra se dirigiu ao microfone para explicar como as coisas eram de verdade no meio rural. A maioria começou sua intervenção orgulhosamente declarando sua participação na Via Campesina. Pela primeira vez em uma arena internacional dominada por ONGs, lideranças camponesas trabalharam de forma concertada e coletiva para falar sobre suas realidades, em suas próprias vozes e refletindo suas próprias análises. (DESMARIS, 2007, p. 98).

Consolidação

A Via Campesina seguiu se encontrando e ampliando sua influência. De 1993 a 1996 a estrutura da Via Campesina era muito restrita: cada membro do CCI articulava sua região utilizando os recursos de sua própria organização. A CPE, na figura do basco Paul Nicholson, ficou responsável por realizar algumas tarefas de secretaria e comunicação internacional paralelo à coordenação das atividades europeias.

Em 1996, uma Secretaria Operativa Internacional foi estabelecida para tratar do trabalho de articulação em nível internacional que aumentava a cada dia. Por conta de sua experiência de articulação regional anterior, a ASOCODE, com sede em Honduras, assumiu a tarefa e o Secretário Operativo passou a ser o dirigente hondurenho, Rafael Alegria, que desempenhou este papel por mais oito anos.

Em abril de 1996 ocorreu a II Conferência da Via Campesina, em Tlaxcala (México), e estiveram presentes 69 organizações de 37 países. Muitos delegados, especialmente da Ásia e da África faziam parte de organizações que ainda não eram formalmente ligadas à Via Campesina, mas que vinham se aproximando nos três primeiros anos de articulação. Segundo Edelman (2003), o evento foi preparado de forma apressada uma vez que estava previsto para acontecer nas Filipinas. Conflitos entre organizações locais transferiram a sede para o México com alguns meses de antecedência. Apesar dessas dificuldades, a II Conferência teve expressivos desdobramentos. Pela primeira vez, as bases do conceito de “soberania alimentar” foram discutidas. A caracterização feita em Mons a respeito do modelo

⁶ Asociación de Organizaciones Campesinas Centroamericanas para la Cooperación y el Desarrollo. Esta organização existiu entre 1991 e 2001 e foi um das principais espaços de articulação das organizações camponesas da América Central. Atualmente, parte da estrutura e as articulações da ASOCODE estão compreendidas no que vem sendo chamado de Via Campesina Centro-américa (informações recebidas na entrevista com Ramiro Maradiaga em 07/09/07). Para maiores informações sobre ASOCODE e o papel que desempenhou na articulação dos movimentos camponeses da América Central ver: Edelman, 2003.

de agricultura dominante e a proposta alternativa, isto é, o “caminho camponês” foram sendo amadurecidas.

Durante a Conferência chegaram notícias sobre o massacre, em 17 de abril, de 19 militantes do MST em Eldorado do Carajás (Pará-Brasil). O massacre teve ampla repercussão mundial por ter sido registrado ao vivo por equipes de reportagem. A Via Campesina condenou os assassinatos e declarou que, a partir daquele momento, o 17 de abril seria celebrado anualmente em todo o mundo para lembrar as vítimas da luta pela terra e este seria o Dia Internacional da Luta Camponesa.

A III Conferência da Via Campesina foi realizada em Bangalore (Índia), em outubro de 2000. Contou com a participação de mais de 100 delegados de 40 países. Naquele momento, a proposta da soberania alimentar já estava avançada, tendo sido apresentada em vários fóruns internacionais. Os debates se concentraram, então, nos próprios desafios de construção da identidade da Via Campesina. Em Bangalore foi criada a palavra de ordem “globalizemos a luta, globalizemos a esperança!”, que viria a acompanhar a Via Campesina desde então.

A palavra de ordem “globalizemos a luta, globalizemos a esperança!” foi da Conferência da Índia. A gente tinha essa compreensão de que era preciso aumentar a capacidade de luta, no sentido de resistir, não é? Assim, tinha que fazer a luta internacional, mundial. Mas tinha também o outro lado, que era a questão da esperança, a idéia do projeto alternativo. Então combinamos as duas coisas numa frase só. (entrevista com Egidio Brunetto em 23/03/07).

Entre 2000 e 2004 as lutas em escala internacional tomaram novas dimensões. A quantidade de protestos contra as organizações multilaterais, a concepção e realização de várias edições do Fórum Social Mundial, tudo isso colocou a Via Campesina em destaque.

A IV Conferência da Via Campesina ocorreu, em junho de 2004, na cidade de Itaipu (São Paulo - Brasil), reunindo mais de 400 delegados de 76 países. Nos dias imediatamente anteriores à IV Conferência, ocorreram também a II Assembléia Mundial de Mulheres Camponesas e a I Assembléia Mundial de Jovens da Via Campesina.

Na Conferência de Itaipu mais de 40 novas organizações camponesas se incorporaram à Via Campesina, e a África foi incorporada como uma oitava região⁷. Além disso, a Secretaria Operativa Internacional, que desde 1996 estava em Honduras, foi transferida para Jacarta (Indonésia), a cargo do dirigente da Federação dos Sindicatos Camponeses da Indonésia (FSPI), Henry Saragih.

A Conferência de Itaipu estava sob responsabilidade do MST e dos outros movimentos brasileiros da Via Campesina. Participam da Via Campesina as seguintes organizações brasileiras: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, e o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. A Comissão Pastoral da Terra – CPT e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB, se articulam no que é chamado Via Campesina Brasil, mas como não são organizações de base camponesas, não fazem parte da Via Campesina em nível internacional.

O comitê organizador teve como principal característica a inclusão de linguagens e processos diferenciados de debate. A utilização de “místicas”, a manifestação cultural espontânea, as palavras de ordem em diferentes línguas, músicas, festas e cerimônias variadas deram o tom do evento.

Estas místicas ajudaram a quebrar as barreiras lingüísticas e estabelecer bases comuns, acentuando o significado cultural das sementes e das cerimônias de plantio, a história de opressão e repressão, e a determinação

⁷ Até a IV Conferência a Via Campesina tinha sete regiões (cada região com um coordenador e uma coordenadora): América do Norte, América do Sul, América Central, Caribe, Europa, Sul e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia. A partir de Itaipu foi incluída a África e o CCI passou a ter 16 membros.

em sobreviver apesar das enormes ameaças. [...] Muitos participantes que compareceram a IV Conferência Internacional disseram que nunca antes haviam experimentado tal senso de comunidade em nível internacional. (DESMARAIS, 2007, p. 188).

Após a IV Conferência, a Via Campesina seguiu ampliando sua atuação e realizou em 2008, em Moçambique, a V Conferência Internacional. A tabela a seguir permite perceber a dimensão do crescimento e consolidação da Via Campesina Internacional entre a III e IV Conferências. Entre 2000 e 2004, a Via Campesina cresceu mais de 41% e até 2007 contava com 143 organizações.

Tabela 1: Distribuição regional e crescimento das organizações-membro da Via Campesina

Regiões da Via Campesina	Número de organizações em 2000	Número de organizações que ingressaram em 2004	Número total de organizações
África	1	4	5
Europa	22	1	23
América Central	19	1	20
Caribe	10	1	11
América do Sul	20	10	30
América do Norte	7	4	11
Sul da Ásia	3	17	20
Leste e Sudeste da Ásia	19	4	23
Total	101	42	143

Retirado de: Desmarais, 2007, p. 06.

Via Campesina por dentro

A Via Campesina se define como “um movimento internacional de camponeses e camponesas, pequenos e médios produtores, mulheres rurais, indígenas, sem terras, jovens rurais e trabalhadores agrícolas” (VIA CAMPESINA, 2007), que defende os valores e interesses de seus membros. Atualmente, reúne organizações de 56 países da Ásia, África, Europa e Américas. Ideologicamente, a Via se define como “um movimento autônomo, plural, multicultural, independente, sem nenhuma filiação política, econômica ou de outro tipo”. (VIA CAMPESINA, 2007).

Como visto anteriormente, desde a sua fundação, a Via Campesina ampliou bases geográficas, se estendendo e consolidando ininterruptamente. As principais tarefas a que se propõe são a articulação, comunicação e a coordenação de atividades em comum, quando possível em nível mundial e, mais freqüentemente, em nível regional. Segundo seus documentos, o principal objetivo da Via Campesina é:

Desenvolver a solidariedade e a unidade dentro da diversidade entre as organizações membros, para promover relações econômicas de igualdade, de paridade de gênero, e de justiça social, a preservação e conquista da terra, da água, das sementes e outros recursos naturais, a soberania alimentar, a produção agrícola sustentável e uma igualdade baseada na produção de pequena e média escala. (VIA CAMPESINA, 2007).

No detalhamento de seus objetivos, a Via Campesina afirma querer influenciar os centros de poder e de tomada de decisão dentro dos governos e nas instituições multilaterais para dar um rumo diferente às políticas econômicas e agrárias que afetam a pequena e média produção. Para tanto, se desafia a formular propostas em relação aos seguintes temas: reforma agrária, biodiversidade e recursos genéticos, soberania alimentar, direitos humanos, agricultura camponesa sustentável, migração e trabalhadores rurais,

questão de gênero. Cada um dos temas trabalhados compõe uma Comissão Temática e as organizações membro devem participar de pelo menos uma destas comissões.

A estrutura organizativa da Via Campesina é bastante simples. A Conferência é seu órgão máximo de decisão política e se reúne a cada quatro anos em países diferentes, de forma a cobrir as diferentes regiões do mundo. O Comitê Coordenador Internacional (CCI) é escolhido na Conferência e cada uma das 8 regiões tem um coordenador e uma coordenadora, sendo estes de organizações diferentes de forma a partilhar, entre pelo menos dois movimentos, a responsabilidade de articulação regional. Os escritórios regionais são os espaços responsáveis pelas relações e articulações dentro de cada região e é aí que se realiza a maior parte do trabalho da Via Campesina. A Secretaria Operativa Internacional coordena as comunicações e executa as resoluções das instâncias políticas.

Muitos dirigentes da Via Campesina afirmam que sua estrutura é horizontal, isto é, que as hierarquias internas são evitadas. O entendimento é de que experiências do passado, construídas sobre a base de estruturas verticais, tanto nos movimentos sociais quanto nas articulações internacionais, acabaram fracassando.

Desde o primeiro momento havia características que seguem mantendo-se. Uma é a horizontalidade: queríamos ser um movimento de organizações autônomas e independentes e isso era, então, também a diferença, pois todos os modelos existentes eram verticais. Por outro lado, já no princípio a idéia era construir um movimento de organizações camponesas que tivesse um caráter político e não simplesmente um fórum de debates [...] e que íamos construir uma luta a nível internacional. (entrevista com Paul Nicholson em 17/05/07).

Neste sentido, desde os primeiros momentos afirmou-se que era preciso construir uma articulação que estivesse enraizada nos movimentos de base e evitasse a burocratização de lideranças ou a mesmo a consolidação de grandes estruturas materiais. No entendimento da Via Campesina, as experiências concretas dos movimentos é que devem servir de base para a construção da articulação internacional.

A construção vem a partir do que você aporta de baixo para cima. É a contribuição da luta lá no país, e a compreensão de que temos que sair da luta corporativa local para aquilo que eles fizeram no século retrasado e passado, que são as lutas internacionais. (entrevista com Egídio Brunetto em 23/03/07).

[...] seguimos buscando maneiras de organização e funcionamento diferentes e novas. Temos muito medo dos processos de burocratização. Eu creio que preferimos correr o risco de sermos ineficazes, e por isso mantemos um ritmo e um processo mais lentos, ou seja, entendemos que sendo mais eficazes não vamos ser necessariamente melhores. [...] Não é uma luta de salários ou condições de trabalho, é uma visão mais integral da vida em si. Nós trabalhamos valores e uma identidade também. (entrevista com Paul Nicholson em 17/05/07).

Para uma organização se tornar membro da Via Campesina é preciso, antes de mais nada, que ela esteja engajada nas lutas sociais concretas a respeito da questão agrária, confrontando o modelo dominante. Além disso, é preciso que seja aprovada pelas organizações nacionais ou regionais que já fazem parte da articulação. Assim, uma nova organização brasileira só será aceita se MST, MAB, MPA e MMC aprovem o seu ingresso, inclusive em consulta com as outras organizações da América do Sul. Com isso, pretende-se garantir que não sejam trazidas para dentro da Via Campesina as divergências e disputas locais, nacionais e regionais.

Os próprios dirigentes afirmam que este é um processo complexo. Na medida em que a Via Campesina alcança destaque internacional e desenvolve campanhas e lutas, mais organizações se aproximam. As disputas nacionais ou regionais acabam por comprometer

alguns destes novos ingressos, o que entra em contradição com relações que possam existir entre organizações-candidatas e organizações-membro de outros países ou regiões. Esta é uma das contradições com as quais se confronta a Via Campesina no momento.

Nós temos um problema que não sei se vamos resolver lá em Moçambique por causa da autonomia das organizações nacionais. Uma das normas da Via Campesina é a seguinte: para uma nova entidade de um país entrar, ela tem que ser apoiada pelas organizações do país que já estão na Via. Isto para não criar briga interna. O princípio é razoável. Mas há casos, como o da Índia... a Índia é um mundo, né? Lá tem uma filiada que é de pequenos e médios proprietários, e ser proprietário na Índia é coisa pra caramba! O MST tem relações bilaterais com umas oito, de dalits, de assalariados e a que a gente menos gosta é a que é filiada da Via, só que ela veta a entrada das outras por causa das disputas internas. (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

Outro desafio importante da Via Campesina é lidar com sua diversidade interna. Um dos principais elementos desta heterogeneidade é a diferença que existe entre as regiões. Enquanto o continente americano está organizado em quatro regiões diferentes, cada uma delas contando com um número significativo de organizações, a África tem apenas cinco organizações e enfrenta grandes dificuldades para sua articulação interna. A Europa, por outro lado, mesmo sendo uma única região na Via, tem uma coordenação continental que precede historicamente a articulação internacional.

As organizações de camponeses da Europa estão bastante evoluídas e o nível de consciência do problema é maior. Conhecem as políticas, conhecem o Banco Mundial, conhecem a OMC, não é? [...] Então, o nível de formação permite que eles estejam em vantagem nos debates que ocorrem dentro da Via Campesina. E isto não é porque eles pretendem de alguma maneira se impor àquilo que seria a agenda dos países mais pobres, mas simplesmente porque dominam a informação, eles têm mais vantagens de colocar as idéias, de dar mais sugestões que nós. (entrevista com Diamantino Nhampossa em 25/07/2007).

Outro componente da heterogeneidade interna diz respeito às diferenças sócio-culturais e históricas e no tipo de organização que faz parte da Via. Contextos políticos de maior ou menor democratização, segundo alguns dirigentes, podem influenciar na possibilidade de articulação nacional e internacional dos camponeses. Barreiras lingüísticas e culturais também são um desafio para a troca de experiências e para a construção de programas políticos comuns. Além disso, muitos identificam que a diversidade de base social e do formato das organizações conduz a características materiais e infraestruturais muito distintas, interferindo nas condições de atuação e de participação internacional.

Há desde organizações e cooperativas de produtores rurais que tem um nível mais avançado em termos de recursos e estruturas, até os sem terra e outros, por assim dizer, que mal têm condições de sobreviver. [...] Tem também desde grupos que têm vínculos com partidos políticos e outros mais autonomistas, que desdenham o papel do Estado e dos partidos. Enfim, é muito heterogêneo. (entrevista com Geraldo Fontes em 24/09/07).

Analistas e dirigentes da Via Campesina indicam, contudo, que a diversidade interna deve ser trabalhada do ponto de vista da unidade, isto é, as diferenças devem ser entendidas como um elemento de fortalecimento da organização em nível internacional. A heterogeneidade aparece como desafio, como situações a serem minimizadas durante o processo de construção das lutas e políticas comuns. A identidade ideológica e política é o elemento que permite suplantar as diferenças entre as organizações.

A realidade ajudou a gente muito. Temos um inimigo em comum, temos análise em comum. No início teve umas disputazinhas, mas hoje há um consenso grande. [...] O que ajudou muito foi que, lá por 2000, havia essa idéia de que algumas regiões eram muito contestatórias e deveriam ser mais propositivas, etc e tal. Achavam que ainda era possível ter um projeto de desenvolvimento local, aquelas coisas. Pegava uma experiência, um dinheiro de uma ONG, e isto bastaria. Mas isso se derrotou em pouco tempo. Muita gente achava que tinha que democratizar a OMC, mas com o passar do tempo também foi uma idéia derrotada. (entrevista com Egídio Brunetto em 23/03/07).

Desta forma, apesar de sua heterogeneidade interna, ou por causa dela, a Via Campesina se afirmou progressivamente como elemento articulador e organizador de lutas internacionais e vem construindo um sentido de solidariedade internacional bastante forte entre seus militantes. A identidade com a Via Campesina é perceptível entre os dirigentes que circulam nas articulações internacionais. O enraizamento deste sentimento na base dos movimentos é, contudo, mais difícil, sendo identificado por seus dirigentes como um desafio.

Um dos elementos apontados para a difusão da identificação com a Via Campesina entre os militantes de base é a construção, através de ações concretas, das campanhas e do modelo de agricultura da Via. Neste sentido, não seria através de discursos ou seminários que a identidade seria construída, mas através de um processo gradual e prático.

A Via Campesina não é o escritório na Indonésia. Não está na capital. A Via Campesina é a luta que um determinado grupo leva em um território e é também a luta que leva outro grupo de camponeses em outro país. [...] Estamos trabalhando para fazer com que as lutas se conectem. [...] As pessoas fazem resgate das sementes, fazem conservação, e o fazem porque é bom! Então, podem se dar conta de que em outro país fazem o mesmo, que em outro país é uma campanha nacional. [...] Então, agora podem ver mais facilmente que a Via Campesina é os que fazem marcha em Cancun ou Hong Kong, os que estão lutando contra a OMC, as mulheres que estão destruindo plantas de monocultura, mas também estamos descobrindo que Via Campesina é organização, é articulação, é luta, é aliança. Esse é o sentido pelo qual o camponês vê a Via hoje. (entrevista com Ramiro Maradiaga em 07/09/07).

Outro elemento que vem sendo trabalhado para o aprofundamento de uma identidade com a Via Campesina é a construção de símbolos e de uma linguagem própria. Parte significativa da simbologia da Via Campesina é composta por um figurino (bonés, lenços e camisetas verdes com o logotipo colorido da Via), bandeiras e faixas com palavras de ordem que se repetem ao redor do mundo. Segundo Desmarais (2007), a imagem da Via Campesina está muito associada aos movimentos da América Latina e sua simbologia ainda não incorporou elementos culturais de outras partes do mundo.

A imagem prevalecente da Via Campesina reflete vários aspectos da cultura latino-americana: os chapéus verdes, *pañuelos*, slogans e a mística inspirada no MST se tornaram a marca da Via Campesina. Em numerosas ocasiões o espanhol tem sido a língua dominante dos encontros. Consequentemente, as delegações da América do Norte, da Europa e da Ásia frequentemente se juntam aos seus parceiros latino-americanos ao levantar os punhos e em voz alta gritar slogans em espanhol como "*la lucha continúa*" e "*viva la Via Campesina!*" Esta solidariedade não foi, até recentemente, acompanhada de uma reciprocidade com slogans da Via Campesina sendo cantados em tailandês, indonésio ou kannada. [...] A Via Campesina não seria o que é hoje se não fosse a participação significativa da América Latina. (DESMARAI, 2007, pp. 184-185).

Os símbolos visuais contribuíram, então, para a construção da visibilidade externa e da identidade interna do movimento nos últimos anos. Externamente, colocou a Via Campesina em destaque nos fóruns e protestos globais. Nestes espaços caracterizados pela multiplicidade de movimentos e organizações, como os protestos anti-globalização e os Fóruns Sociais Mundiais, um movimento que quase sempre se faz presente em número expressivo e se apresenta visualmente uniformizado, sobressai nos registros de mídia e chama a atenção de todos no seu entorno.

Na gigantesca manifestação que contribuiu para degradingolar as negociações da OMC em Seattle, os militantes da Via Campesina adotaram a prática empregada pelo MST do Brasil e seus aliados [...], através da qual a política simbólica de usar lenços e bandeiras tremulantes construiu uma mística entre os militantes e gerou oportunidades de fotos na mídia. Distribuindo lenços e bonés aos simpatizantes na multidão, os militantes da Via Campesina atraíram a atenção dos outros ativistas e de muitos jornalistas que cobriam os protestos. (EDELMAN, 2003, p. 206).

A troca de experiências que se dá em nível internacional pela circulação de militantes é outro elemento que contribui para a formação da identidade dentro da Via Campesina. Muitos dirigentes apontam que nos eventos regionais e internacionais, nas viagens de troca bilateral entre organizações, enfim, nos contatos presenciais entre os militantes há um processo de aprendizagem importante. Mais do que nas reuniões ou nos momentos formais de tomada de decisão e deliberação, é no reconhecimento da vivência concreta das realidades que vêm sendo construídos os laços mais profundos entre as organizações membro da Via Campesina.

O camponês, como ele tem uma tradição oral da nossa cultura, nossa idiossincrasia, então, em todos os encontros internacionais que há, as noites varam adentro e é conversando, contando histórias, intercâmbio de idéias. O melhor está fora das plenárias, porque aí tu aprende, aí que tu se identifica, não é? (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

A Via Campesina construiu também duas datas para marcar a sua identidade e construir um calendário de lutas comuns. A primeira delas é o dia 17 de abril, Dia Internacional da Luta Camponesa. Esta data foi escolhida, porque, como já mencionado anteriormente, em 17 de abril de 1996, enquanto ocorria a Conferência Internacional de Tlaxcala, no México, 19 militantes do MST foram assassinados, no Brasil, no episódio que ficou conhecido como massacre de Eldorado dos Carajás. A partir de então, a cada ano são realizadas manifestações, ocupações, mobilizações as mais diversas em muitos países, as quais trazem à opinião pública a luta por reforma agrária e denunciam a violência contra os camponeses no mundo todo.

Em 2003, a Via Campesina se juntou à forte mobilização contra a Conferência Ministerial da OMC em Cancun, México, levando aproximadamente 10 mil manifestantes. Um evento marcou esta mobilização: o camponês coreano Lee Kyung Hae se imolou com uma navalha diante das câmeras de televisão de todo o mundo. No momento de seu suicídio ele carregava um cartaz com os dizeres: “a OMC mata os camponeses”. No dia seguinte, organizações da Via Campesina, em vários países do mundo, organizaram manifestações em memória de Lee Kyung Hae. Desde então, todos os anos, a Via Campesina celebra o dia 10 de setembro como Dia Internacional de Luta contra a OMC e o Neoliberalismo, com mobilizações em vários países. Segundo dirigentes e analistas, esta atitude extrema de um militante do movimento trouxe um expressivo sentimento de solidariedade para a Via Campesina.

Os protestos contra a OMC em Cancun foram profundamente marcados pela morte de Lee, e aqueles que estiveram lá falam da transformação após as notícias de que ele tinha morrido, falam de uma experiência coletiva que sacudiu a multidão desorganizada em direção à unidade. [...] A adoção, por

um conjunto de organizações camponesas, do slogan “nós somos Lee”, cantado em inglês, é um sintoma de um novo tipo de globalização rural. [...] Ele foi transformado em um ícone de um novo tipo de solidariedade camponesa. (PATEL, 2004, p. 3).

Veja só como foram surgindo fatos emblemáticos. [...] Uma das marcas desta generosidade, da solidariedade internacional entre os camponeses foi o martírio do Lee. Ele não era qualquer um, eu falei com a filha dele agora no Máli, e fiquei bobo. Era um homem sábio, não era um cara que motivado pela emoção vai ao desespero. Era um quadraço nosso! Era um dirigente e tinha doutorado em agronomia, em arroz. O sacrifício dele eu acho que é o símbolo dessa nova marca da internacionalização, da articulação internacional dos camponeses, ou seja, baseada na solidariedade. (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

Via Campesina para fora

Internamente afirma-se uma identidade camponesa com datas, mártires, campanhas e ações em comum. Por outro lado, para reforçar este sentimento de pertencimento, constrói-se o seu “outro”, que compreende, em especial, as instituições financeiras internacionais consideradas elemento chave do neoliberalismo e da destruição da agricultura camponesa. Além deste antagonismo existe, entretanto, um conjunto de outros aspectos que compõem a imagem externa da Via Campesina.

A Via Campesina foi progressivamente se afirmando internacionalmente através de sua participação nos fóruns das organizações multilaterais. Nos órgãos das Nações Unidas, a presença adquire um caráter mais participativo, na medida em que, sempre que possível, os representantes da Via se fazem presentes, juntamente com algumas ONGs, em plenárias e discussões, mesmo que divergindo das políticas de suas parceiras. Este foi o caso de eventos da FAO, como a Assembléia Global sobre Segurança Alimentar, em 1995 no Canadá, anteriormente citada.

Com relação aos organismos financeiros multilaterais como a OMC, o FMI e o Banco Mundial a postura tem sido diferente. Não existe espaço para movimentos sociais e ONGs nas reuniões destes organismos e, tampouco, a Via Campesina busca espaços de diálogo. Nestes casos, a Via Campesina se junta aos chamados movimentos anti-globalização para construir grandes protestos do lado de fora das reuniões.

Com as instituições multilaterais, com as instituições do Banco Mundial, com o Fundo Monetário Internacional não tomamos nem um tostão, nem uma ajuda, não há nenhuma relação. [...] estas instituições são instrumentos do modelo neoliberal e nós não temos nenhuma relação com elas. Não tivemos nenhuma conversa no passado, nunca. Outra coisa são as instituições das Nações Unidas, a FAO, a UNESCO. Aí nós entendemos que a fragilidade política delas é um marco no qual podemos intervir, e podemos buscar uma interlocução e colocar nossas denúncias e propostas na mesa. E fazemos isso cada vez mais. (entrevista com Paul Nicholson em 17/05/07).

Alguns protestos foram determinantes para a imagem externa da Via Campesina. Em 1999, a Via Campesina participou da grande mobilização de Seattle, nos Estados Unidos, e contribuiu decisivamente para o desmantelamento da Conferência Ministerial da OMC. Um mês antes da Batalha de Seattle, um grupo de militantes da Via Campesina se deslocou para os Estados Unidos e percorreu vários estados participando de reuniões com organizações de pequenos e médios fazendeiros que compareceram em peso aos protestos. Além disso, foi um momento importante para a consolidação de relações com ONGs e outras organizações.

Para mim, a primeira visão da manifestação, de alcance simbólico, são cinco camponeses da Via Campesina, entre eles Rafael Alegria, seu secretário geral, e José Bové, com os bonés verdes do movimento camponês, dirigindo a manifestação ao lado de sindicalistas da AFL-CIO, o maior sindicato operário americano. O símbolo é forte. A primeira manifestação mundial com sindicatos e ecologistas tinha camponeses na direção. Isso é importantíssimo para todos os países do sul, onde a população é ainda, majoritariamente, agrícola ou rural. (palavras de François Dufour. In: BOVÉ e DUFOUR, 2001, p. 205).

A Via Campesina também esteve presente nos protestos de Washington e Praga (2000), no de Gênova (2001), e no de Cancun (2003), seguindo em um processo de articulação com outros movimentos sociais e ONGs. A partir destas experiências, a Via Campesina ampliou seu papel em campanhas que compõem o conjunto de ações dos chamados movimentos anti-globalização, como a Campanha pelo Perdão da Dívida Externa (Coalizão Jubileu Sul), e a Campanha contra a OMC.

Além da participação nos protestos de massa e campanhas, a Via Campesina também se incorporou ao terceiro eixo de ação dos movimentos anti-globalização, que são as conferências. Desde os primeiros momentos de articulação do Fórum Social Mundial, a Via Campesina se fez presente. Como os três primeiros Fóruns (2001, 2002 e 2003) foram em Porto Alegre (Brasil), as organizações da Via Campesina da América do Sul jogaram um importante papel. A participação no processo do FSM, segundo alguns dirigentes, foi importante para a consolidação de alianças e parcerias, mas também para ampliar a própria pauta reivindicativa da Via.

A Via Campesina, em 2001, nesse primeiro Fórum Social Mundial, se mostrou ao mundo. Ou seja, antes tinha suas linhas políticas, suas áreas de atuação, mas era mais corporativo: soberania alimentar, reforma agrária, etc. Mas a partir de 2001, quando foi formado esse espaço do Fórum Social Mundial, então a Via Campesina começou a ter uma relevância maior em nível mundial [...] e, não querendo ser arrogante, atualmente é a única articulação em nível mundial de um determinado setor que, além de cuidar das questões corporativas, também participa e promove outras iniciativas. (entrevista com Geraldo Fontes em 24/09/07).

A Via Campesina participou ativamente da organização do FSM, mas a partir do Fórum que se realizou em Mumbai (Índia), em 2004, alguns questionamentos começaram a surgir no interior da Via. Muitos dirigentes passaram a questionar o enorme investimento feito para um encontro anual que, no final das atividades, não tinha deliberação política quase nenhuma. O formato do FSM, concebido para abrigar o maior número e a maior variedade de organizações possíveis, não permite uma declaração final, não permite uma linha política mais clara. Esta característica suscitou um questionamento sobre o formato do Fórum, sobre periodicidade e a estrutura dos encontros. Apesar da Via participar até hoje do FSM, suas críticas acarretaram em algumas alterações, o que demonstra o papel preponderante que ela desempenha.

Em todos estes momentos de articulação internacional – protestos, campanhas e conferências – a Via Campesina se relaciona com ONGs. Estas relações não são, contudo, lineares. Muitos dirigentes afirmam que poucas são as ONGs que podem ser consideradas realmente parceiras, e o caráter das relações vai se dando progressivamente em cada campanha, em cada contato específico.

Com as ONGs eu acho que existe uma leitura caso a caso. Há algumas redes de ONGs que se politizaram e se aproximaram da Via Campesina, tipo os Amigos da Terra, tem também uma de defesa dos bosques e contra o eucalipto, enfim, tem algumas que são nossas amigas. Mas tem outras que, digamos, a turma tampa o nariz, sabe? Tipo o Greenpeace que às vezes a gente faz alguma ação pontual junto, mas eles não gostam de se

articular com movimento de massas. E tem aquelas que são parceiras mesmo, tipo a FIAN e o Focus⁸. Com as ONGs não dá pra tu ter uma política, porque aí tem de tudo, tem que ser mesmo caso a caso. (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

Desta forma, não há uma política de alianças clara, mas uma afirmação tanto da necessidade de se relacionar, quanto da busca por garantir autonomia frente às ONGs. Por um lado, valoriza-se a idéia de que a luta pela terra e por uma produção agrícola mais justa deve ultrapassar os camponeses e trabalhadores rurais, afirmando-se a relevância das parcerias na luta contra o neoliberalismo em nível internacional. Por outro lado, o princípio da autonomia com relação às ONGs é fortemente reafirmado em diferentes documentos e atividades da Via Campesina. Há ainda um terceiro elemento, que diz respeito às alianças com outros movimentos sociais, que ainda está em construção dentro da Via, mas que vem sendo debatido como um processo fundamental.

A gente defende autonomia e parceria naquilo que temos em comum. Por exemplo, no Fórum de Mali, para discutir soberania alimentar, havia muitas forças de ambientalistas, da Marcha das Mulheres, de movimentos de consumidores. Foi um encontro muito bom porque selou também alianças. E é nisso que eu queria chegar. Achemos que há uma necessidade urgente da Via Campesina fazer alianças, e aí não é parceria, mas aliança mesmo com outros setores da classe trabalhadora, seja do campo, seja da cidade. Nós, por enquanto, estamos nos aproximando dos pescadores (que estão divididos), dos pastores (que tem muito lá na Ásia). Mas temos outros setores para buscar também, como os assalariados, que é uma incógnita, trabalhadores da agroindústria e outros mais. (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

O princípio de autonomia e independência da Via Campesina causa polêmica e divergências com as ONGs, desde o princípio desta relação. Progressivamente estas diferenças foram aparecendo, como na Conferência Mundial sobre Alimentação da ONU (Roma, 1996), onde a Via Campesina se negou a assinar a declaração conjunta das ONGs e, neste momento, trouxe à tona o conceito de soberania alimentar, o qual foi depois incorporado por muitas ONGs e redes internacionais.

A Via Campesina também se distingue em nível internacional de uma outra organização de agricultores, a Federação Internacional de Produtores Agropecuários (IFAP, sigla em inglês). Segundo Borrás (2004) e Niemeyer (2007), a IFAP foi fundada em 1946, reunindo médios e grandes produtores, principalmente dos países desenvolvidos. Esta organização foi sempre hegemônica pelos grandes produtores e, como única organização do setor por décadas, acabou por se firmar como representante dos agricultores frente às organizações inter-governamentais e os circuitos do agro-negócio.

Com o surgimento da Via Campesina e as mudanças no meio rural no final do século XX, a IFAP passou a se aproximar também de pequenos produtores rurais. Segundo Edelman (2003) e Desmarais (2003), a IFAP faz a intermediação de recursos entre grandes empresas multinacionais e os agricultores, o que lhe confere significativo poder no trato com os camponeses. Durante algum tempo, organizações participavam da Via Campesina e também da IFAP, mas progressivamente as duas entidades se tornaram opositoras no cenário internacional. Atualmente, segundo Ramiro Maradiaga, da Via Campesina

⁸ A Food First Information and Action Network (FIAN) é uma ONG com base na Alemanha e escritórios em 18 outros países, que trabalha nas temáticas da reforma agrária, conflitos agrários, violações de direitos humanos e emergências alimentares. A Focus on the Global South é uma ONG com escritórios na Tailândia, Filipinas e Suíça que trabalha principalmente em pesquisa e assessoria aos movimentos sociais nos temas relacionados ao comércio internacional. Ambas têm uma longa história de parceria com a Via Campesina na temática da soberania alimentar, dos organismos geneticamente modificados, na questão das patentes de sementes, e na denúncia e protestos contra a OMC, etc.

Centroamericana, “quem está na IFAP, não pode estar na Via Campesina e quem está na Via Campesina, tampouco pode estar na IFAP”.

O último elemento das relações externas da Via Campesina é sua interação com governos e partidos políticos. Da mesma forma que ocorre na relação com as ONGs, é reafirmado o princípio da autonomia. Segundo documentos e discursos de dirigentes, a Via Campesina como articulação internacional é independente de partidos, governos e Estados nacionais, mas suas organizações-membro têm liberdade para agir na escala nacional e local.

A relação com os partidos políticos é complicada, somos autônomos e independentes dos partidos políticos como Via Campesina, mas não resta dúvida de que existem processos nacionais onde a relação entre as organizações de camponeses e os partidos políticos são muito mais próximas. (entrevista com Paul Nicholson em 17/05/07).

A relação com os governos progressistas é um pouco mais complexa, na medida em que, além da liberdade local e nacional, também a Via Campesina internacional estabelece relação em algumas situações. Assim como no caso das ONGs, as aproximações e parcerias com governos são analisadas e construídas caso a caso.

Existem alguns Estados que são aliados da Via Campesina. O caso de Mali que aceitou o conceito de soberania alimentar na sua política agrícola. Os governos de Cuba e Venezuela, e mais recentemente este da Bolívia com os quais a Via Campesina estabelece alguma relação. Mas isso não significa que esses governos exerçam algum poder sobre a Via Campesina. São aliados que podem apoiar a facilitação de encontros, a divulgação de pautas. São governos populares que surgiram das lutas dos povos e por isso mesmo têm uma gênese ligada aos camponeses, aos trabalhadores pobres. (entrevista com Diamantino Nhampossa em 25/07/2007).

O projeto alternativo: soberania alimentar

As construções da identidade interna e da imagem externa da Via Campesina têm sido marcadas pela noção de soberania alimentar. O conceito, cujas idéias centrais começaram a ser discutidas na II Conferência da Via Campesina, em Tlaxcala (México), foi elaborado e pela primeira vez divulgado na Conferência Mundial sobre Alimentação da ONU (Roma, 1996). Naquele momento, soberania alimentar era definida como “o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva” (VIA CAMPESINA, 1996).

Posteriormente o conceito foi ampliado e incluiu-se a idéia de que “os povos têm o direito de definir sua política agrícola e de alimentos” (VIA CAMPESINA, 2000). Assim, a noção deixou de estar referida apenas aos Estados nacionais e construiu-se uma idéia de soberania societária, comunitária ou, como dizem alguns dirigentes, cidadã. Isto não significa dizer que, para a Via Campesina, desaparecem os Estados, mas que, na política agrícola e de alimentos, esta não é a única unidade de medida.

Soberania alimentar não é o nacionalismo do passado. O conceito de soberania alimentar é cidadão, partindo do que comemos, como comemos, quem produz, e quem controla estes alimentos. [...] nossa perspectiva é que a soberania alimentar é uma proposta principalmente dos povos, desde o local, e que, na medida em que conseguimos que governos comecem a compreendê-lo e mudar de lógica, isto teria um impacto muito maior. (entrevista com Paul Nicholson em 17/05/07).

Segundo Desmarais (2007), o conceito de soberania alimentar surgiu em contraposição à idéia de segurança alimentar defendida pela FAO e por ONGs

internacionais, segundo a qual deveria ser produzido em cada país uma quantidade suficiente de alimentos e esta alimentação básica deveria estar à disposição de todos os indivíduos. No conceito de soberania alimentar, igualmente importante é o tipo de alimentação que é produzida, como ela é produzida e em que escala. Assim, o conceito de soberania alimentar é um guarda-chuva que inclui a idéia de segurança alimentar, uma vez que discute também quantidades básicas de alimentos per capita, mas a transcende, pois debate as condições de produção, e as escolhas coletivas com relação à alimentação dos povos. Para a Via Campesina, soberania alimentar significa:

O direito dos povos, comunidades, e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como, aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmos e as suas sociedades. (VIA CAMPESINA, 2002).

A ênfase na alimentação dos povos, o que inclui a prioridade de alimentação da população dentro de cada país, entra em contradição com o mercado internacional de produtos agrícolas. Desta forma, mesmo que a noção de soberania advogada não seja restrita à ideia tradicional de soberania ligada ao Estado-nação, ela coloca em cheque o modelo mundial de agricultura hegemônico na contemporaneidade. Este modelo, como visto anteriormente, centraliza a produção de alimentos e produtos agrícolas nas mãos de algumas empresas multinacionais e divide o mundo em áreas de produção de determinados produtos, homogeneizando a produção em cada parte do globo.

Através do conceito de soberania alimentar, a Via Campesina propõe, então, o contrário do modelo dominante. A Via Campesina defende que a produção seja descentralizada através da produção, por cada população, de seus próprios alimentos, e diversificada, uma vez que os agricultores de cada país vão produzir a totalidade de seus alimentos e produtos agrícolas. Há, assim, uma forte ênfase no combate ao comércio internacional de produtos agrícolas.

Para a Via Campesina, a soberania alimentar passa também por um conceito amplo de reforma agrária que vai além da distribuição de terra, envolvendo uma mudança no sistema agrícola de forma a favorecer a pequena agricultura. Segundo Desmarais (2007), para a Via Campesina, reforma agrária significa retirar a terra e os recursos produtivos do âmbito do mercado e praticar o princípio da propriedade social da terra.

O conceito de reforma agrária advogado pela Via Campesina vem sendo difundido e discutido desde 1999, através de uma campanha em parceria com a FIAN. Segundo Borrás (2004), a Campanha Global pela Reforma Agrária ganhou muito espaço nos seus quase dez anos de existência. Nas várias edições do Fórum Social Mundial, a parceria FIAN/Via Campesina foi responsável por conferências, seminários e produziu inúmeros documentos. Um dos momentos de maior destaque da Campanha foi o Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária, em 2004, na cidade de Valência (Espanha), evento temático do processo Fórum Social Mundial.

O Fórum indicou a existência de busca de um protagonismo baseado no reconhecimento do campesinato como grupo social capaz de colocar questões contemporâneas para uma sociedade que insiste em produzir seu desconhecimento. [...] Assim, o tema da reforma agrária aparece em uma chave bastante distinta da que se colocou há 30 ou 40 anos, quando ela era apresentada como um caminho para vencer o atraso do campo e quebrar o poder do latifúndio. Hoje, a crítica aos princípios organizadores da sociedade que ela embute é muito mais global e profunda. Longe de ser sinal de atraso, ela se apresenta como sinalizadora de valores relacionados ao futuro. (MEDEIROS, 2006, p. 120).

Para a Via Campesina, outro elemento indispensável para a soberania alimentar é controle democrático dos recursos e do patrimônio genético. Por isso, desde a III Conferência Internacional, em Bangalore (Índia), as organizações da Via Campesina declararam sua total recusa ao patenteamento das formas de vida. Segundo os documentos da Via Campesina, as sementes são um meio de produção básico e até recentemente estiveram nas mãos dos agricultores. As recentes iniciativas de patenteamento de plantas, animais e seus componentes teriam tirado o controle tradicional das mãos dos camponeses e indígenas, significando a imposição de novas formas de controle sobre as nações e os povos.

Neste sentido, como resultado de uma longa elaboração, foi lançada na IV Conferência Internacional, em Itaipava (Brasil), a campanha “Sementes: patrimônio dos povos a serviço da humanidade”. Desde então, a Campanha das Sementes vem tendo ampla divulgação, principalmente através dos coletivos de mulheres da Via Campesina e de suas organizações. Nas comemorações do dia 8 de março, e em todas as suas atividades as mulheres da Via Campesina têm denunciado as corporações mundiais que detêm patentes de sementes e organismos geneticamente modificados, assim como vêm desenvolvendo uma campanha por constituir bancos de “sementes crioulas”⁹ em cada país. Segundo dirigentes, as mulheres da Via estão liderando esta campanha¹⁰.

É por isso que para nós a Campanha das Sementes foi tão importante. [...] Nós a tomamos com mais força, porque nos pareceu uma aposta importante que nos identificava muito. Esta identificação é quase ingênua, quase inocente. Isso tem a ver com a capacidade infinita da mulher de criar, tem a ver com o nosso papel principal na agricultura. Nós temos sido as criadoras das sementes. [...] Eu sempre digo que a Campanha das Sementes deu coração à idéia de soberania alimentar. [...] Isto gerou uma luta que, ao lado da luta econômica e política, é acompanhada também por uma luta social de identidade e de cultura. E esta marca quente, esta marca de sentimento, que faz com que todos nos vejamos como pessoas que sentimos, que lutamos, que sofremos, que amamos, esta marca quem criou fomos nós, as mulheres. (entrevista com Francisca Rodríguez em 19/03/07).

Em fevereiro de 2007, ocorreu em Sélingué, Mali, o Fórum pela Soberania Alimentar: Nyéléni 2007. Este Fórum, convocado pela Via Campesina e mais oito organizações, debateu e aprofundou o conceito de soberania alimentar, além de propor uma agenda comum de ações e campanhas para os próximos anos.

Desta forma, a proposta da soberania alimentar ganhou um papel importante de resgate de tradições e de saberes da cultura camponesa. A Campanha das Sementes e a liderança que desempenham as mulheres em suas ações e eventos são apontadas como fundamentais. Além disso, o conceito de soberania alimentar inclui uma valorização do modo de vida camponês no que diz respeito à sua relação com a natureza e os alimentos. Esta valorização é bastante clara quando se define a visão a respeito da biodiversidade que, para a Via Campesina, também inclui a diversidade cultural, política e de produção.

Cada região tem uma característica. Isso significa costumes, diversidades de paladar e também nutricional. Hoje o capitalismo impõe alguns alimentos que não são nutritivos. Essa nossa diversidade está ligada a sabores e a saberes. Então, temos que recuperar as técnicas tradicionais de produção dos alimentos saudáveis. (entrevista com Egídio Brunetto em 23/03/07).

⁹ As sementes crioulas são sementes derivadas dos cultivos tradicionais, em geral sem a utilização de agrotóxicos ou qualquer outro produto químico e que, portanto, não sofreram alterações genéticas em laboratório, sendo resultado de seleção e cruzamento dos próprios produtores.

¹⁰ Operam, nesta construção, mitos tradicionais que associavam as mulheres a ritos de fertilidade da terra e que, por outro lado, construíram uma divisão sexual do trabalho que atribuía à mulher determinadas tarefas, quase sempre subordinadas e vistas como secundárias.

Segundo Desmarais (2007), o modelo alternativo da Via Campesina não é, portanto, uma rejeição da modernidade ou da tecnologia. É uma proposta que junta os aspectos tradicionais, locais, do saber camponês com o conhecimento da tecnologia onde e quando as populações considerarem apropriado. A Via Campesina rejeita a idéia de modernidade na qual a produção, a tecnologia e o conhecimento são privatizados e onde não há espaço para o saber comunitário. Procura, entretanto, um modelo que possa unir a ciência ao conhecimento tradicional e melhorar as condições de vida da população como um todo.

Por trás da idéia de soberania alimentar está, então, um conflito de modelos de agricultura (e de mundo) que alguns autores têm identificado como de “contra-hegemonia”¹¹. Esta é uma construção bastante sofisticada, pois apesar de muitos movimentos anti-globalização proclamarem a luta por “um outro mundo”, a maioria de suas pautas diz respeito às reformas do modelo dominante sem a proposição de um projeto alternativo claro.

A reconstrução do conceito de campesinato

A explicação mais frequente para a adoção do conceito de camponês pela Via Campesina é a ideia de que nesta palavra unificam-se todas as categorias de trabalhadores do campo. Neste sentido, apesar de existirem muitos tipos de trabalhadores, e em cada região as denominações são variadas, existiria uma unidade dada pelo trabalho na agricultura.

De fato, é um debate muito grande para nós o conceito de camponês. Eu acho que na Via, e aqui no MST também, nós colocamos sempre o camponês, não num sentido acadêmico, mas no sentido de quem está no campo. Você pode ser um assalariado rural, ou um sem terra, mas o que importa é que sua participação no processo produtivo está no campo. (entrevista com Geraldo Fontes, em 24/09/07).

Além disso, o camponês entendido como o trabalhador do campo é também uma maneira de construir uma identidade fora das denominações dos trabalhadores urbanos. O próprio nascimento da Via Campesina se dá no momento em que as formas históricas de organização dos trabalhadores estão em declínio. Assim, alguns dirigentes afirmam que a Via Campesina precisava construir uma nova identidade por conta da falência das experiências dos trabalhadores de outros setores.

Apesar do golpe que sofriam os trabalhadores do mundo com a queda do socialismo, nós levantávamos bandeiras a partir dos camponeses. (...) Muitas de nossas organizações participavam dos setores rurais de algumas centrais sindicais mundiais, mas nos juntamos e rompemos as barreiras anteriores e criamos um movimento que se diferencia dos movimentos que havia nos sindicatos internacionais (...). Claro que existem matizes, mas não estamos parados nesta briga sobre se somos ou não camponeses. Eu creio que o que nos define é o trabalho na agricultura. (entrevista com Francisca Rodríguez em 19/03/07).

Outros dirigentes afirmam que a utilização da idéia de camponês é também um resgate das lutas camponesas. De alguma forma ao utilizar este conceito estariam acionando as experiências passadas nas quais os trabalhadores do campo fizeram parte das lutas mais amplas da sociedade, como no atual momento se faria necessário.

No meu país, por exemplo, a luta pela libertação foi baseada nos camponeses, que apoiaram a Frente de Libertação de Moçambique. (...) E isto não apenas em Moçambique. Na maior parte do continente africano,

¹¹ Patel (2004) trabalha com este termo baseado no conceito gramsciano de hegemonia/contra-hegemonia.

nas frentes de libertação, estiveram os camponeses. Eu acho que o que acontece hoje é uma continuação do que ocorreu no passado. (entrevista com Diamantino Nhampossa em 25/07/2007).

Por fim, a utilização do conceito de campesinato é associada à construção de uma identidade de classe para os trabalhadores do campo. Esta identidade de classe busca suas raízes nas conceituações do marxismo clássico mesmo que, de forma contraditória, este mesmo marxismo tenha dado tão pouco valor ao campesinato como agente da transformação social. Algumas teorias são pinçadas de forma a construir uma re-significação do conceito mais adequada à realidade da luta concreta que se trava hoje. Identifica-se que esta denominação é uma construção dos dirigentes que vem sendo construída para as bases dos movimentos que compõem a Via Campesina.

Nós achamos mais correto usar “campesinato” porque recupera a questão de classe, classe social. Trabalhador rural é quase um genérico para você classificar uma atividade e não uma classe, não é? Pode ter uma dona de casa que não é trabalhadora rural no sentido que ela não vai trabalhar na roça, mas ela é uma camponesa. A família dela, a ideologia, a classe dela é camponesa. O filho dela pode estar estudando agronomia, vai se formar agrônomo, mas a classe dele é camponesa. Recupera a questão de classe e ajuda a conscientizar. Se é para ter um rótulo que tenha um que ajude a ideologizar o movimento. [...] Mesmo que aqui no Brasil e em outros países as pessoas da classe camponesa, no seu vocabulário, usem outras palavras. Isso é o vocabulário popular, é uma questão de tradição. O conceito de camponês é uma construção política e necessária. Pode até não ser didática, mas nós não construímos esse conceito para fazer agitação e propaganda. [...] Eu não vou lá no meio da Amazônia dizer “camponeses da Amazônia”, os caras nunca ouviram falar desta palavra! Eu vou lá e falo de ribeirinhos mesmo. [...] Mas este é um conceito em construção, em assimilação. [...] E talvez uma das contribuições da Via Campesina seja recuperar os conceitos clássicos, do Marx, do Lênin, do Mao, e entender direito o que acontece. Assim como a Via Campesina está ajudando muito a recuperar o conceito clássico do imperialismo, saindo dessas coisas de neoliberalismo e globalização. (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

Assim, a identificação da Via Campesina com o conceito de camponês segue algumas das características que foram apontadas pelos autores da questão agrária e camponesa, em especial os trabalhos de Theodor Shanin. Para Shanin (1980), o conceito de campesinato tem diversos aspectos. De um lado, é uma reflexão conceitual sofisticada sobre a realidade, pois compreende uma reflexão estrutural sobre os aspectos econômico, social e cultural de uma classe social. De outro lado, sua análise histórica permite compreender as relações reais das quais deriva a reflexão epistemológica. E, por fim, o conceito de campesinato permite definir as relações de opressão e os caminhos de luta para combatê-las.

O conceito de camponês da Via Campesina opera nestes três aspectos: de um lado, há uma busca de seu caráter conceitual-estrutural, isto é, do lugar do camponês na agricultura. De outro lado, aparece uma análise histórica sobre o lugar e a realidade do campesinato na contemporaneidade, tanto no que diz respeito à sua diferença com relação aos outros movimentos de trabalhadores, quanto de sua oposição ao modelo de agricultura dominante. Junto a isso, há uma redefinição das características da luta. E, neste sentido, destaca-se a necessidade e o projeto de construir uma identidade de classe.

Considerações finais

A Via Campesina, segundo as análises que fazem dela seus porta-vozes e intelectuais orgânicos, é fruto do processo de globalização. Ao contrário, contudo, de leituras contemporâneas sobre a sociedade civil global, nas análises dos dirigentes da Via Campesina aparecem outros elementos que buscam explicar, paralelamente ao processo de globalização, os porquês, os comos e os quandos do surgimento e consolidação da Via Campesina, tais como: as origens de esquerda das organizações latino-americanas, o longo processo histórico de integração econômica da Europa, as revoluções de independência africanas, etc.

Através de sua estrutura organizativa simples, de uma política de alianças clara e de campanhas temáticas, a Via Campesina tem acumulado algumas vitórias, tanto no que diz respeito ao fortalecimento e unificação das organizações-membro, como no embate com seus adversários mais diretos. Assim, internamente afirma-se uma identidade camponesa com datas, mártires, campanhas e ações em comum. Por outro lado, para reforçar este sentimento de pertencimento, constrói-se o seu “outro”, que compreende em especial as instituições financeiras internacionais consideradas como elemento chave do capitalismo globalizado e da destruição da agricultura camponesa. É fato que esta identidade é complexa e integra elementos muito distintos, os quais são absorvidos de forma diferente por organizações e militantes. Algumas convergências significativas, entretanto, já se consolidaram.

A mais relevante destas convergências é o conceito de soberania alimentar, considerado por autores e dirigentes políticos como o projeto de contra-hegemonia da Via Campesina. O que muitos autores questionam é se o campesinato poderia ser a classe social portadora da transformação, do movimento de contra-hegemonia.

A explicação mais frequente para a adoção do conceito de camponês pela Via Campesina é a idéia de que nesta palavra unificam-se todas as categorias de trabalhadores “do campo”. Outras explicações buscam, contudo, raízes nas conceituações marxistas do conceito. Como é sabido, o marxismo também não tinha uma visão única sobre este grupo social, mas, em geral, a visão era de que o campesinato não seria o portador da mudança social que hoje a Via Campesina advoga para si. Desta maneira, o debate sobre o conceito de campesinato segue confuso e um tanto obscurecido.

Vale resgatar, contudo, de Shanin (1980) a idéia de que o conceito de campesinato é insuficiente em si, assim como qualquer outro conceito, mas, sem as construções teóricas seria impossível o avanço na reflexão sistemática sobre o mundo social. O mais importante é verificar que, se este conceito ainda não foi substituído, nem nas práticas sociais reais, como as que a Via Campesina realiza, nem nas ciências sociais, como no estudo que realizamos, ele continua tendo validade:

Em última instância, os conceitos devem servir não a uma reconciliação dialética de conceitos, mas à compreensão das relações reais. Devemos acrescentar, aqui, o compromisso, dentro da tradição socialista, de definir as dimensões da opressão do homem pelo homem e os caminhos da luta para combatê-las. Excetuando sua mistificação e sua utilização ideológica, o conceito de campesinato cumpriu, muitas vezes, todos esses serviços. Esta capacidade ainda não se esgotou. (SHANIN, 1980, p. 77).

Referências bibliográficas

BORRAS, Saturnino. **La Via Campesina: un movimiento en movimiento**. Amsterdã: Transnational Institute, 2004.

BOVÉ, José; DUFOUR, François. **O mundo não é uma mercadoria: camponeses contra a comida ruim**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

DESMARAIS, Annette. **La Vía Campesina: globalization and the power of peasants**. London: Pluto Press, 2007.

____. **The WTO... will meet somewhere, sometime.** And we will be there! Ottawa: The North-South Institute, 2003.

EDELMAN, Marc. Transnational peasant and farmer movements and networks. In: GLASIUS, H. M.; KALDOR, M. (Orgs.). **Global Civil Society Yearbook 2003.** London: Oxford University Press, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Desafios propostos pelo Fórum sobre a Reforma Agrária. **Memória do Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária.** Valência-Espanha: 5-8 de dezembro de 2004. Publicado por: Carta Maior, 2006.

MOYO, Sam e YEROS, Paris. **Reclaiming the land:** the resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America. London: Zed Books, 2005.

NIEMEYER, Carolina Burle de. Via Campesina: uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação. Paper apresentado no **II Encontro da Rede de Estudos Rurais** “Tecendo o intercâmbio: o desafio do conhecimento sobre o mundo rural”. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, setembro de 2007.

PATEL, Raj. Agricultural imperialism and new peasant solidarities. Presentation at the **Seminar Series of the Centre for Civil Society.** University of KwaZulu-Natal, South Africa, 2004.

ROSSET, Peter. Alternativa à política fundiária de mercado: reforma agrária e soberania alimentar. In: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Marcio Mendes (Orgs.). **Capturando a terra:** Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos CEBRAP**, n. 26. São Paulo: CEBRAP, 1980.

VIA CAMPESINA. **La voz de los campesinos e de las campesinas del mundo.** Folder de divulgação, julho de 2007.

____. **NGO Forum Declaration in the World Food Summit of FAO (Rome+5).** Roma, junho de 2002.

____. **Food Sovereignty and International Trade.** Position paper approved at the III International Conference of Via Campesina. Bangalore, outubro de 2000.

____. **The right to produce and access land: position of Via Campesina on Food Sovereignty.** Presented at the World Food Summit. Roma, novembro de 1996.